

Vice-Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2013, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Pinto Carreira, e os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência do senhor Presidente da Câmara Municipal, por se encontrar de férias.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**DESPORTO (COD. 20)**

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou o Executivo Municipal que no próximo fim-de-semana, de 21 e 22 de setembro de 2013, decorrerá o Torneio das Vindimas de Voleibol, organizado pela

Vice-Presidente

Secretária

Associação de Voleibol de Viseu, convidando todos os membros deste executivo para estarem presentes.

**DESPORTO (COD. 20)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, datado de 27 de agosto de 2013, proveniente da Associação de Andebol de Viseu, no qual agradece todo o apoio e colaboração prestados, sem os quais não se tinha alcançado o êxito conseguido.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

**EDUCAÇÃO (COD. 20)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo que foram requisitados, às empresas transportadoras a operar no concelho de Lamego (EAVT - Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda. e Joaquim Guedes, Filho & Genros, S.A.) os passes escolares dos alunos a frequentar estabelecimentos de ensino na sede do concelho, pelo valor global de 520.000,00€, com IVA incluído a 6%.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

**TRANSPORTES (COD. 62)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo que foi adjudicado por ajuste direto à entidade "EAVT - Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda." a "Prestação de serviço público de transporte de passageiros - atribuição de compensação financeira (2013/2014)" ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, pelo valor global de 337.755,00 , ao qual acresce IVA à taxa legal em vigo, repartido da seguinte forma:

Vice-Presidente

Secretária

Ano		Dias úteis	Valor diário	Sub-total	IVA 6%	Total
Total 2013	Setembro	17	1.335,00 €	22.695,00 €	1.361,70 €	24.056,70 €
	Outubro	23	1.335,00 €	30.705,00 €	1.842,30 €	32.547,30 €
	Novembro	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Dezembro	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Total	82		109.470,00 €	6.568,20 €	116.038,20 €
Total 2014	Janeiro	22	1.335,00 €	29.370,00 €	1.762,20 €	31.132,20 €
	Fevereiro	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Março	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Abril	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Maió	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Junho	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Julho	23	1.335,00 €	30.705,00 €	1.842,30 €	32.547,30 €
	Agosto	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Setembro	4	1.335,00 €	5.340,00 €	320,40 €	5.660,40 €
	Total	171		228.285,00 €	13.697,10 €	241.982,10 €
Total Global		253		337.755,00 €	20.265,30 €	358.020,30 €

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

#### LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de agosto de 2013.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

#### OBRAS PARTICULARES (COD 42)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de agosto de 2013.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

#### PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas no mês de agosto de 2013.

**Deliberado:** O Executivo tomou conhecimento.

Vice-Presidente

Secretária

**CONTA DE GERÊNCIA (COD. 43)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, sobre a situação económica e financeira referente ao 1.º semestre 2013, do Município de Lamego.

**Deliberado:** O Executivo tomou conhecimento.

O senhor Vereador **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** referiu o seguinte: *“Em relação ao Relatório do ROC sobre as contas do 1º semestre do corrente ano, é importante, em primeiro lugar, sublinhar que na última informação que agora recebemos sobre a execução orçamental do Município, fica claro para todos nós que o limite legal para o endividamento bancário foi ultrapassado, como aliás era de prever. Evidentemente que, por força destes empréstimos, o limite ao endividamento líquido não foi ultrapassado, em resultado dos pagamentos efetuados com recurso ao PAEL. Ou seja, só mesmo por via do aumento do endividamento bancário é que se conseguiram pagar as dívidas a fornecedores, diminuindo, portanto, os montantes em dívida para com terceiros o que, obviamente, permitiu a não ultrapassagem deste limite legal. Em todo o caso, a situação é gravíssima, do ponto de vista do devedor (o nosso Município), porquanto a dívida terá de ser liquidada, seja ela diretamente junto dos fornecedores, seja junto das entidades bancárias.*

*Mas o que importa verdadeiramente referir é que este relatório, em todo o caso, tem uma dose de alguma “fragilidade” inultrapassável, não por culpa dos Revisores, mas porque a realidade financeira do Município não está aqui totalmente retratada, enquanto se não incorporarem os ativos e os passivos que resultam da extinção da empresa municipal Lamego Convida, EEM.*

*A realidade global do Município de Lamego não é só esta, mas sim esta mais a da empresa municipal detida a 100% pelo Município, por força da deliberação que já está tomada. Corresponde pois, em boa verdade, a uma parcela do total.*

*Posto isto, e utilizando os dados que aqui se encontram retratados, a conclusão a que chegamos é que as dívidas a terceiros, a 31 de dezembro de 2012, estavam descritas em 19.453.000€ e as dívidas a 30 de junho de 2013, estavam descritas em 8.541.000€, percebendo-se que desceram por força dos empréstimos do PAEL e do saneamento financeiro. Ora, fazendo os cálculos isto significa que se o dinheiro que foi disponibilizado pelo PAEL e pelo saneamento*

Vice-Presidente

Secretária

*financeiro tivesse sido integralmente, como estou certo que foi, destinado ao pagamento a fornecedores, a dívida não podia estar em 8.541.000€, mas em 7.200.000€. Isto significa que, das duas uma, ou parte do dinheiro proveniente do PAEL e do saneamento financeiro teve outro destino do que estava contratualizado, o que não acredito que tenha ocorrido, ou então verifica-se que, no 1º semestre de 2013, a dívida a fornecedores já foi de novo aumentada em mais 1.300.000€, sendo minha convicção de que foi isto o que aconteceu.*

*Assim, alerta para o facto de que, até ao fim do ano, se continuarmos de novo com novos aumentos da dívida a fornecedores, da mesma maneira que aconteceu no 1º semestre do ano, vamos ter inexoravelmente mais problemas do ponto de vista da execução financeira. É preciso estar muito atento às despesas com os fornecedores e redobrar os cuidados no controlo da dívida municipal.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** declarou o seguinte: “O Relatório Semestral apresentado pelo Revisor Oficial de Contas não traduz a realidade de hoje, mas sim a que se reportava ao primeiro semestre. Da sua análise resulta que técnica e formalmente estão cumpridas todas as obrigações legais impostas á gestão autárquica e que devem ser dadas a conhecer ao executivo municipal. As questões levantadas pelo Vereador do Partido Socialista não têm atualidade, quer porque foram já praticados atos relacionados com o rigoroso cumprimento do PAEL e do saneamento financeiro aprovados e executados, nomeadamente com o pagamento aos fornecedores, quer, ainda, porque a incorporação da Empresa Municipal Lamego ConVida, EEM, não ocorreu e, portanto, tal realidade só será vertida quando vier a ocorrer, em futuro relatório, e dentro do período necessário à sua liquidação. De qualquer modo, o relatório apresentado reflete a realidade legal de todas as contas, não sofrendo de qualquer reparo, devendo, no entanto, evidenciar-se que, em caso algum foi ultrapassado o endividamento legal do município, o que, na conjuntura atual, nunca será de mais realçar. São, por isso, despropositados os reparos do senhor Vereador da Oposição, porque a execução orçamental está a decorrer como planeado.”

Vice-Presidente

Secretária

**RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria n.º 185, datado de 16 de setembro de 2013, cuja dotação orçamental é de 1.627.574,34€ e dotação não orçamental é de 148.539,22€.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

**ORDEM DO DIA****01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE SETEMBRO DE 2013 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 3 de setembro de 2013, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, por não ter estado presente na reunião.

**02-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)****ARGUIDA: MARIA GRACIELA LAMELAS MARAVILHA SEBASTIANA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 444/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 30/07/2013, e na sequência de uma denúncia efetuada por Lucília Ribeiro Gonçalves, onde referiu a falta de gestão de combustível num terreno junto à sua habitação.

A Equipa de Proteção Florestal deslocou-se ao local verificando os factos e onde fez algumas diligências para apurar os nomes dos respetivos herdeiros.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma

Vice-Presidente

Secretária

legal, eventualmente praticados por Maria Graciela Lamelas Maravilha Sebastiana, com morada na Rua da Ortigosa, casa 2, fração direito, em Lamego. Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Maria Graciela Lamelas Maravilha Sebastiana.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**03-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO  
(COD 17)

**ARGUIDA:** MARIA DOS SANTOS DUARTE BRANQUINHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 445/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 22/08/2013, e na sequência de uma denúncia efetuada por Maria Amélia Benedito, onde referiu a falta de gestão de combustível junto à sua habitação.

A Equipa de Proteção Florestal deslocou-se ao local verificando que os combustíveis cobrem o solo em mais de 50%, com uma altura média de 30 cm, pertença de Maria dos Santos Duarte Branquinho.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Maria dos Santos Duarte Branquinho, com morada no Lugar da Ribeira, freguesia de Cepões, no concelho de Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Maria dos Santos Duarte Branquinho.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**04-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO  
(COD 17)

**ARGUIDO:** AMÍLQUER DE MELO GUEDES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 446/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 5/07/2013, e na sequência de uma denúncia efetuada por

Vice-Presidente

Secretária

Margarida do Rosário Fonseca, onde referiu que junto à sua habitação se encontra um terreno inculto com grande quantidade de matos, não havendo uma faixa de gestão de combustíveis segura entre a habitação e o monte, que evite que a mesma seja atingida no caso de se deflagrar um incêndio, pertença de Amílquer de Melo Guedes.

A Equipa de Proteção Florestal deslocou-se ao local onde confirmou a denúncia efetuada, tendo verificado a existência de um terreno inculto (monte) composto por giestas, silvas, fetos e outras gramíneas, pertencente a Amílquer de Melo Guedes.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Amílquer de Melo Guedes, com morada no Lugar da Fraga, Bairro Novo, freguesia de Lalim, concelho de Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Amílquer de Melo Guedes.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

#### **05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

**ARGUIDA:** MARIA FERNANDA DE MORAIS RIBEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 447/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 6/06/2013, e na sequência de uma denúncia efetuada por José Gonçalves Felício, onde referiu que junto à sua habitação se encontra um terreno com grande quantidade de matos, pondo em perigo a sua habitação em caso de incêndio.

A Equipa de Proteção Florestal deslocou-se ao local onde confirmou a denúncia efetuada, tendo verificado a existência de um terreno agrícola composto por vinha e oliveiras não cultivado, com grandes quantidades de matos de gramíneas e silvas, pertencente a Maria Fernanda de Moraes Ribeiro.



Vice-Presidente

Secretária

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Maria Fernanda de Moraes Ribeiro, com morada na Urbanização Encosta do Sol, Lote 4-2ºB, em Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Maria Fernanda de Moraes Ribeiro.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**06-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO  
(COD 17)

**ARGUIDO:** LEONEL RODRIGUES MENDONÇA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 448/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 20/06/2013, e na sequência de uma denúncia efetuada por Joaquim Costa Guedes, onde referiu que junto à sua habitação se encontra um terreno com grande quantidade de combustíveis (silvas e mato), pondo em perigo a sua habitação em caso de incêndio, pertencente a Leonel Rodrigues Mendonça.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Leonel Rodrigues Mendonça, com morada na Av. António de Azevedo Coutinho, em Cascais.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Leonel Rodrigues Mendonça.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**07-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO  
(COD 17)

**ARGUIDA:** MARIA CLEMENCIA DA SILVA FERNANDES NUNES

Vice-Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 449/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 13/07/2013, e na sequência de uma denúncia efetuada por Dimas de Almeida Ribeiro, onde referiu que junto à sua habitação se encontra um grande amontoado de lenha, pondo em perigo a sua habitação em caso de incêndio, no Lugar do Tanque, freguesia de Magueija, em Lamego.

A Equipa de Proteção Florestal deslocou-se ao local onde confirmou a denúncia efetuada, tendo verificado junto à habitação do denunciante a existência de um amontoado de lenha, pertencente a Maria Clemência da Silva Fernandes Nunes. Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Maria Clemência da Silva Fernandes Nunes, com morada na Travessa do Tanque, Magueija Grande, na freguesia de Magueija, em Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Maria Clemência da Silva Fernandes Nunes.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**08-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO  
(COD 17)

**ARGUIDO:** TELMO DUARTE RIBEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 450/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que foi observado e abeirado em flagrante Telmo Duarte Ribeiro, quando tentava efetuar uma queimada, para limpar o mato e umas silvas no seu terreno, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo

Vice-Presidente

Secretária

Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a instauração do processo de contraordenação a Telmo Duarte Ribeiro.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**09-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDO:** MANUEL MACÁRIO VIEIRA GOMES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 451/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 4 de julho, detetou uma queimada de sobrantes, resultantes da limpeza de um terreno, provocando danos num pomar de cerejeiras, que confinava com o local do incêndio, no Lugar da Tapadinha, Calhau da Raposa, em S. Martinho de Souto, em Lamego, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a instauração do processo de contraordenação a Manuel Macário Vieira Gomes.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**10-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDO:** FRANCISCO DE JESUS PINHEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 452/17/13 do senhor Vereador do Urbanismo, que vem acompanhada do auto de notícia, datado de 8 de julho de 2013, remetido pela GNR - Lamego, relatando que no dia 17 de junho de 2013, na sequência de uma denuncia comunicada por José Diamantino, onde alegava a descarga de resíduos de construção e demolição e a execução de obra de aterro de um terreno rústico, propriedade do denunciado, confinante com o seu prédio urbano, onde tem a sua residência.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação por infração ao disposto no artigo 1º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, prevista e

Vice-Presidente

Secretária

punida pelo artigo 3º, n.º 1 do mesmo normativo, eventualmente praticado por Francisco de Jesus Pinheiro, residente na Rua Principal, na freguesia de Melcões, em Lamego.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Francisco de Jesus Pinheiro.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**11-ASSUNTO: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (COD 20)**

Presente a proposta de deliberação n.º 453/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior encontra-se regulada pelo Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado em reunião da Assembleia Municipal, realizada a 16 de abril de 2007 e publicado no Jornal do Douro nº 367, de 25 de abril de 2007. Por bolsa de estudo entende-se uma prestação pecuniária para comparticipação nos encargos normais inerentes à frequência do ensino superior pelos estudantes economicamente mais carenciados do concelho de Lamego, num ano letivo.

No sentido de dar cumprimento ao estipulado no nº 2 do artigo 4º e nº 1 do artigo 7º do referido regulamento, propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de:

1 – Aprovar a atribuição de 12 bolsas de estudo para o ano letivo 2013/2014, de acordo com o nº 1 do artigo 5º, com o valor máximo mensal de 100,00 €, e nos termos dos critérios a definir pelo Júri nomeado para o efeito;

2 – Autorizar a publicitação da data de apresentação de candidaturas, até 18 de outubro de 2013, mediante a afixação de editais nos lugares habituais, ao abrigo do nº 1 do artigo 7º;

3 – Aprovar a seguinte constituição do Júri, nos termos do nº 1 do artigo 9º:

Dra. Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira – Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural;

Dra. Elisabete Maria Pereira Silva – Técnica Superior;

Dra. Andreia Liliana dos Santos Fonseca – Técnica Superior.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

Vice-Presidente

Secretária

**12-ASSUNTO:** ADENDA AO PROTOCOLO PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRIM (COD 52-A)

Presente a proposta de deliberação n.º 454/52-A/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que seja aprovada a minuta da adenda ao protocolo de delegação de competências para a realização de transporte escolar, na Junta de Freguesia de Ferreirim, para a realização do transporte de 14 utentes da Associação Portas P'ra Vida, portadores de deficiência, residentes nas Freguesias de Ferreirim, Figueira, Várzea de Abrunhais, Lalim, Lazarim e Sé, durante o ano letivo 2013/2014, cujo encargo é de 9.300,00€, em que 3.100,00€ corresponde ao ano de 2013 (de setembro a dezembro) e 6,200,00€ ao ano de 2014 (de janeiro a agosto).

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**13-ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA 2013/2014 (COD 62)

Presente a proposta de deliberação n.º 455/62/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal, no âmbito do ajuste direto para a prestação de serviço público de transporte de passageiros – atribuição de compensação financeira (2013/2014), realizado ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, a aprovação da repartição de encargos, conforme quadro seguinte, e que seja remetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para aprovação.

Vice-Presidente

Secretária

Ano		Dias úteis	Valor diário	Sub-total	IVA 6%	Total
Total 2013	Setembro	17	1.335,00 €	22.695,00 €	1.361,70 €	24.056,70 €
	Outubro	23	1.335,00 €	30.705,00 €	1.842,30 €	32.547,30 €
	Novembro	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Dezembro	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Total	82		109.470,00 €	6.568,20 €	116.038,20 €
Total 2014	Janeiro	22	1.335,00 €	29.370,00 €	1.762,20 €	31.132,20 €
	Fevereiro	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Março	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Abril	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Maió	21	1.335,00 €	28.035,00 €	1.682,10 €	29.717,10 €
	Junho	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Julho	23	1.335,00 €	30.705,00 €	1.842,30 €	32.547,30 €
	Agosto	20	1.335,00 €	26.700,00 €	1.602,00 €	28.302,00 €
	Setembro	4	1.335,00 €	5.340,00 €	320,40 €	5.660,40 €
	Total	171		228.285,00 €	13.697,10 €	241.982,10 €
Total Global		253		337.755,00 €	20.265,30 €	358.020,30 €

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

#### **14-ASSUNTO:** ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ (COD 47)

Presente a proposta de deliberação n.º 456/47/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária, realizada no dia 20.08.2013, foi aprovado aceitar a doação a favor do Município de Lamego da fração, onde se encontra instalada a sede da Junta de Freguesia da Sé, inscrita na matriz sob o artigo n.º1437, fração G, e descrita na conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 528/19921211 G, da freguesia da Sé, com o valor patrimonial de 47.760,00 €, bem como todos os bens móveis inventariados, de acordo com o mapa anexo. Mais foi deliberado, que sobre a fração recai um usufruto a favor da futura freguesia de Lamego.

Dado que não é possível instituir o usufruto a favor de pessoas futuras, propõe à Câmara Municipal a revogação daquela deliberação e que delibere aceitar a doação a favor do inventário municipal da fração inscrita na matriz sob o artigo n.º 1437, fração G, e descrita na conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 528/19921211 G, da freguesia da Sé, com o valor patrimonial de 47.760,00€, bem como todos os bens móveis inventariados, em propriedade

Vice-Presidente

Secretária

plena, sem o estabelecimento do direito real de usufruto a favor da Junta de Freguesia da Sé.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO:** CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PENUDE (**COD 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 457/47/13, do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 12 de setembro de 2013, no qual aprovou a celebração do contrato de comodato entre o Município de Lamego e o Centro Social e Paroquial de Penude, que visa a cedências de instalações, em regime de comodato, para funcionamento da sede do Programa dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais, de Lamego (CLDS+), situadas na ala poente do edifício, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1160, na Rua Marquês do Pombal, em Lamego.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**16-ASSUNTO:** IMPLEMENTAÇÃO DO CARTÃO “SÉNIOR VIAJA” (**COD 57**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 458/57/13, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, a qual refere que a consagração do princípio da autonomia das Autarquias Locais face ao poder central e a descentralização da administração pública no quadro geral da administração do Estado com a consequente delegação de atribuições, competências e recursos, criaram nas autarquias condições que lhes permitem intervir de forma mais direta na melhoria da qualidade de vida das respetivas populações. Desta forma, a instância autárquica; encontra-se hoje cada vez mais reforçada, enquanto agência por excelência para a resolução dos problemas sociais da população devido à sua proximidade com os mesmos.

O Município de Lamego, no âmbito das políticas sociais de apoio à população do concelho, irá implementar o Cartão Sénior Viaja, destinado a todos os reformados e ou maiores de 65 anos o qual lhes dará direito a beneficiar de uma redução de 50% do custo do bilhete, nas carreiras concessionadas à EAVT, Lda.

Vice-Presidente

Secretária

Este projeto só é possível com o protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal de Lamego e a empresa EAVT, Lda., e entra em vigor a partir da data da assinatura do mesmo e pelo mesmo período.

Assim, os residentes no Concelho de Lamego, beneficiários de uma pensão ou reforma e ou maiores de 65 anos, poderão requerer o Cartão Sénior Viaja nos Serviços de Atendimento, da Câmara Municipal, e passar a beneficiar dos descontos que o mesmo proporciona.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**17-ASSUNTO:** REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS MENINOS – BAIRRO DA PONTE - LAMEGO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 459/62/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que seja autorizado o corte de trânsito, nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2013, entre as 22.00h e a 01.00h, na Rua da Calçada e Rua da Ponte, bem como a proibição de estacionamento na Rua de S. Lazaro, na Av. Visconde Guedes Teixeira, em frente à Sé Catedral e, ainda, junto às escadas de acesso à Rua Direita, entre as 14.00h e as 19.00h, no dia 22 de setembro de 2013, para passagem da procissão.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**18-ASSUNTO:** REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE SANTA EUFÉMIA – PARADA DO BISPO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 460/62/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que seja autorizado o corte de trânsito, no dia 22 de setembro de 2013, entre as 08.00h e a 21.00h, em várias ruas da freguesia de Parada do Bispo, para a realização das Festas em Honra de Santa Eufémia.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º



Vice-Presidente

Secretária

169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

**19-ASSUNTO:** PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE SEPULTURA (COD 15)

**REQUERENTE:** MARIA PRIMAVERA DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 461/15/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que na sequência da concessão de Alvará da sepultura n.º 67 da 4ª secção do Cemitério da Cruz Alta, à senhora Maria Primavera da Silva, veio a mesma solicitar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em dez mensalidades iguais no valor de 81,26€, cada.

Esta situação está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a aprovação do pedido da requerente.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**20-ASSUNTO:** PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUSEU DE LAMEGO E O MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 462/52-A/13, do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Museu de Lamego e o Município de Lamego, tendo como escopo estreitar as relações de cooperação e intercâmbio entre ambos os outorgantes, de molde a que possam beneficiar e/ou tirar o máximo proveito das sinergias resultantes das ações de colaboração resultantes da organização e realização das CONFERÊNCIAS MUSEU DE LAMEGO/CITCEM – 2013. História e Património no/do Douro: Investigação e desenvolvimento, a decorrer nos dias 8 e 9 de novembro de 2013, no Museu de Lamego.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

Vice-Presidente

Secretária

**21-ASSUNTO:** REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA - RUA NOVA - LAMEGO (**COD 62**)

**REQUERENTE:** MANUEL LUCIANO MAGALHÃES MARTINS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 463/62/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que seja autorizado o corte de trânsito, proibição de estacionamento e a ocupação da via pública, das 17.00h do dia 27 de setembro de 2013, às 02.00h do dia 28 de setembro de 2013, na Rua Nova, para realização das Festas de Nossa Senhora da Misericórdia.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**22-ASSUNTO:** ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO INTERNO DA DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO (**COD 44**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 464/44/13, do senhor Presidente da Câmara, que refere que o Regulamento interno da duração e organização do tempo de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lamego, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 19 de maio de 2009. Com a publicação da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, estabelece-se que a duração do período normal de trabalho, dos trabalhadores que exercem funções públicas, é de oito horas por dia e quarenta por semana, pelo que torna-se premente proceder à alteração do nosso regulamento interno, de modo a ajustá-lo à nova realidade.

Assim, propõe à Câmara Municipal que seja aprovada a 1.ª alteração ao Regulamento Interno da duração e organização do tempo de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lamego:

1.º - Os artigos 3.º, 7.º, 8.º, 12.º, 13.º e 16.º do Regulamento interno da duração e organização do tempo de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lamego, passam a ter a seguinte redação:

***“Artigo 3º***

***Limites máximos dos períodos normais de trabalho***

1. O período normal de trabalho é de oito horas por dia e quarenta horas por semana.

2.....

Vice-Presidente

Secretária

**Artigo 7º****Horário a tempo completo**

O horário a tempo completo constitui a regra e exige o cumprimento de 40 horas semanais e oito horas por dia, distribuídas por dois períodos diários, com horas de entrada e de saída fixas idênticas, separadas por um intervalo de descanso.

**Artigo 8º****Horários de Funcionamento**

1. Os períodos de funcionamento e de abertura ao público são os seguintes:

- a) Dos serviços que funcionam no Edifício dos Paços do Município:  
9:00h – 13:00h; 14:00h – 18:00h
- b) Dos serviços externos e Armazém Municipal:  
8:30h – 12:30h; 13:30h – 17:30h
- c) Dos serviços de Atendimento ao Público:  
08.30h – 18.00h
- d) Da Tesouraria:  
08.30h – 16.30h
- e) Do Mercado:  
de 2ª a 6ª das 07.00h – 18:00h;  
aos sábados das 08.00h – 18.00h.
- f) Dos Cemitérios:  
9:00h – 13:00h; 14:00h – 18:00h
- g) Do Parque Biológico:  
todos os dias 08.30h – 12.30h; 13.30h – 17.30h, exceto no Verão  
cujo horário é: 09.00h – 13.00h; 14h – 18.00h
- h) Da Loja Ponto Já e Lamago DIGIT@L :  
9:00h – 13:00h; 14:00h – 18:00h
- i) Da Cantina:  
8:30h-14:00h; 15:00h – 17:30h

**Artigo 12º****Isenção de horário**

- 1. A isenção de horário compreende as seguintes modalidades:
  - b) Não sujeição aos limites máximos dos períodos normais de trabalho, isto é oito horas por dia e quarenta por semana;
  - c) .....
  - d) .....
- 2. ....
- 3. Para além dos casos previstos no n.º 2 podem gozar de isenção de horário, mediante acordo escrito, os trabalhadores integrados nas carreiras e categorias seguintes:
  - a) Técnico Superior;

Vice-Presidente

Secretária

- b) Coordenador Técnico;
- c) Encarregado Geral Operacional.

4. ....

### **Artigo 13º**

#### **Registo de assiduidade e pontualidade**

1. ....
2. ....
3. ....
4. ....
5. ....
6. ....

7. As seguintes situações devem, salvo caso de força maior, ser comunicadas e justificadas pelo trabalhador ao serviço a que está afeto, nos seguintes prazos:

- a) Falta de marcação de ponto por lapso – antes do termo do período de trabalho ou no período imediatamente a seguir;
- b) Falta de marcação de ponto por se encontrar em serviço externo/formação – no dia imediatamente a seguir;
- c) Situações previstas na legislação em vigor – comunicadas nos termos do respetivo enquadramento legal.”

2.º - São aditados os seguintes artigos ao Regulamento interno da duração e organização do tempo de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lamego:

### **“Artigo 11-A.º**

#### **Prestação de Trabalho por Turnos**

1. O regime de trabalho por turnos pode ser:
  - a) Semanal, quando é prestado de segunda a sexta-feira;
  - b) Semanal prolongado, quando prestado em todos os dias úteis e no sábado ou domingo;
  - c) Permanente, quando é prestado em todos os 7 (sete) dias da semana.
2. Pode ser:
  - a) Parcial, quando prestado em dois períodos de trabalho diário;
  - b) Total, quando prestado em, pelo menos (no mínimo) 3 períodos de trabalho diário.
3. Desde que um dos turnos seja total ou parcialmente coincidente com o período de trabalho noturno, os trabalhadores tem direito a um acréscimo remuneratório, nas seguintes percentagens:
  - a) 25% quando o regime de turnos for permanente, total ou parcial;
  - b) 20% quando o regime de turnos for semanal prolongado, total ou parcial;
  - c) 15% quando o regime de turnos for semanal, total ou parcial.
4. Este acréscimo inclui o que fosse devido por trabalho noturno mas não afasta o que seja devido por prestação de trabalho extraordinário.

**Artigo 11-B.º**  
**Horário Flexível**

1. Entende-se por horário flexível aquele que permite ao trabalhador gerir os seus tempos de trabalho e a sua disponibilidade, escolhendo as horas de entrada e de saída.
2. A adoção desta modalidade de horário e a sua prática não podem afetar o regular funcionamento dos serviços, especialmente no que respeita às relações com o público, assegurando a abertura e encerramento das instalações dentro do horário de funcionamento.
3. A adoção de horário flexível está sujeita à observância das seguintes regras:
  - a) Devem ser previstas plataformas fixas, da parte da manhã e da parte da tarde, as quais não podem ter, no seu conjunto, duração inferior a 4 horas;
  - b) Não podem ser prestadas, por dia, mais de 9 (nove) horas de trabalho, exceto nos horários flexíveis aprovados ao abrigo do regime de parentalidade, em que o limite é de 10 horas de trabalho;
  - c) A jornada de trabalho diária é interrompida por um intervalo de descanso não inferior a 1 hora nem superior a 2 horas, no período compreendido entre as 12:00 e as 14:00 horas;
  - d) Não podem ser prestadas mais de 5 horas de trabalho consecutivo, exceto nos horários flexíveis aprovados ao abrigo do regime de parentalidade, em que este limite é de 6 horas de trabalho consecutivo;
  - e) O cumprimento da duração do trabalho deve se aferido por referência a períodos de 1 (um) mês.
4. No final de cada período de referência, há lugar:
  - a) À marcação de falta, a justificar, por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;
  - b) À atribuição de créditos de horas, no máximo, de período igual à duração média diária do trabalho.
5. O saldo positivo apurado no termo de cada mês e que não seja considerado como trabalho extraordinário, pode mediante acordo com o superior hierárquico, ser gozado no mês seguinte até ao limite de 7 (sete) horas.
6. O saldo negativo apurado no termo de cada mês implica o registo de uma falta de meio-dia ou um dia, conforme o período em falta a justificar nos termos da lei.
7. Os trabalhadores sujeitos a este tipo de horário em contrapartida do direito de gestão do horário de trabalho devem:
  - a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade originar em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;

Vice-Presidente

Secretária

*b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes, a obrigatoriedade de comparência às reuniões de trabalho ou outras solicitações para que os trabalhadores sejam convocados dentro do período normal de funcionamento do serviço.*

*8. No caso dos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição, pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de 10 (dez) horas para o período do mês.*

*9. Para efeitos do previsto no n.º 4, a duração média do trabalho é de 8 (oito) horas. Nos serviços com funcionamento ao sábado, será o que resultar do respetivo horário de funcionamento.*

*10. A marcação de faltas prevista na alínea a) do n.º 4 é reportada ao último dia ou dias do período de aferição a que o débito respeita.*

*11. A atribuição de créditos previstos na alínea b) do n.º 4 é feita no período seguinte aquele que conferiu ao trabalhador o direito à atribuição dos mesmos.*

### **Artigo 11-C.º**

#### **Jornada Contínua**

*1. A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, excetuando um único período de descanso não superior a 30 (trinta) minutos que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.*

*2. A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determina uma redução do período normal de trabalho diário nunca superior a 1 (uma) hora, a ser fixado por despacho do Presidente da Câmara ou pelo Vereador com competência delegada e responsável pela área dos Recursos Humanos.*

*3. A jornada contínua apenas pode ser praticada pelos trabalhadores nos seguintes casos:*

*a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;*

*b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;*

*c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;*

*d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como cônjuge ou pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menos;*

*e) Trabalhador estudante;*

*f) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;*

Vice-Presidente

Secretária

g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

4. Nas situações cumulativas de amamentação ou aleitação e jornada contínua, a prestação de trabalho é de 5 (cinco) horas diárias."

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**23-ASSUNTO:** PAGAMENTO DE INDEMINIZAÇÃO AO ARRENDATÁRIO, DEVIDO AO ALARGAMENTO DA ESTRADA MUNICIPAL QUE LIGA A AV. EGAS MONIZ A ALVELOS (**COD 47**)

**PROPRIETÁRIOS:** JOSÉ DE CASTRO PEREIRA COUTINHO, MACÁRIO DE CASTRO DA FONSECA E SOUSA, MARIA ANICETA GUIMARÃES DE CASTRO ARCHER, MARIA DA PENHA GUIMARÃES DE CASTRO ANDRADE, MARIA DO CARMO JOSÉ GUIMARÃES DE CASTRO AMARAL, MARIA JOANA DE CASTRO DA COSTA REIS PERESTRELLO DE VASCONCELOS E MARIA LEONOR GUIMARÃES DE CASTRO

**ARRENDATÁRIO:** FERNANDO MANUEL DA COSTA SOARES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 465/47/13, do senhor Presidente da Câmara, que vem esclarecer a informação prestada na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 12/01/2010, de que o valor total a pagar pela aquisição da parcela de terreno com 568,70 m<sup>2</sup>, que será desanexada ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 183, secção D (anterior artigo 172-D), da freguesia da Sé, é de 3,972,20€ (três mil, novecentos e setenta e dois euros e vinte cêntimos), sendo que 3.412,20€ (três mil, quatrocentos e doze euros e vinte cêntimos) correspondem ao valor a pagar aos proprietários pela aquisição, e o valor remanescente 560,00€, (quinhentos e sessenta euros), é o valor a pagar a título de indemnização ao arrendatário Fernando Manuel da Costa Soares, com o NIF 137 320 779, pelo arranque de 40 videiras e o custo da readaptação agrícola da vinha existente, após o alargamento.

Face ao exposto propõe à Câmara Municipal o pagamento do valor de 560,00€, ao senhor Fernando Manuel da Costa Soares, NIF 137 320 779, devido ao alargamento da estrada municipal que liga a Av. Egas Moniz a Alvelos, encontrando-se cabimentada a verba pelo cabimento n.º 91/2010.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

Vice-Presidente

Secretária

**24-ASSUNTO:** PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITUADA NA NO LUGAR DE NAZES, FREGUESIA DE ALMACAVE (**COD 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 466/47/13, do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 385/DFP, dando conhecimento da necessidade de se proceder à desafetação de uma parcela com 176,50 m2, situada no lugar de Nazes, na freguesia de Almacave, por ter sido inutilizada, uma vez que o caminho público, que permitia o acesso pedonal do arruamento principal de Nazes aos prédios rústicos que existem na encosta dos Serra das Meadas, teve de ser desviado para o lado norte, devido a diferença de cotas não permitia a sua utilização.

Por ter sido inutilizado e substituído por um outro, já construído no limite do terreno, propriedade do Município de Lamego, com término na nova rotunda, poderá a parcela de terreno do caminho suprimido ser desafetada ao domínio público, e incorporado nos terrenos confinantes, uma vez que foi anulado, por não ser possível manter o mesmo uso, garantindo-se que o novo caminho têm a mesma utilização pública que o anterior tinha.

Descrição da parcela:

Área: 176,50 m2

Confrontações:

- Norte: Município de Lamego;
- Sul: Lúcio Fernandes;
- Nascente: Arruamento de Nazes;
- Poente: Caminho Público;

No âmbito da apreciação pública foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Almacave, tendo emitido parecer positivo em relação à referida desafetação.

Foi publicitado através da afixação de edital, nos Paços do Concelho, na sede da Junta de Freguesia em 2013/08/13, bem como foi publicado no jornal “Douro Hoje”, no dia 2013/08/07, não tendo havido qualquer reclamação sobre este processo de desafetação.

Nos termos do disposto nos n.º 8 e 9 do Decreto n.º 19502, de 20/03/1931, publicado no Diário República 1.ª Série de 24/03/1931 coadjuvado com o artigo n.º 107 da lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961 – Regulamento geral de



Vice-Presidente

Secretária

estradas e caminhos municipais, em que “Sempre que da construção ou retificação de estradas ou caminhos rurais tenha resultado a possibilidade de serem dispensados, por desnecessários aos interesses coletivos, quaisquer troços de estradas ou caminhos, poderão os mesmos serem imediatamente incorporados nos prédios confinantes, *se os respetivos proprietários os aceitarem por troca por terrenos utilizáveis em estradas ou noutros melhoramentos de interesses público, ou por venda cujo preço será liquidado sumariamente ...*”

Assim, e como já decorreram trinta dias após a publicitação do edital no semanário, Douro Hoje, para apreciação pública não tendo havido reclamações, deve o processo prosseguir os trâmites legais, nomeadamente ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53 n.º 4 alínea b) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se para intervir os seguintes munícipes:

- 1- José Samuel Moreira da Fonseca, Ferreiros de Avões;
- 2- Amândio do Carmo Fonseca, Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego.

1- Tomou a palavra o senhor **José Samuel Moreira da Fonseca**, residente em Ferreiros de Avões, para dar conhecimento à Câmara Municipal da distribuição de uns panfletos pelo senhor Presidente da Junta de Ferreiros de Avões, onde está contemplado um projeto de um Parque de Merendas para o Lugar de Santo António, em Ferreiros de Avões e que foi elaborado pelos técnicos da Câmara. Afirmou, que esse terreno está em fase de negociação para aquisição por parte da Associação dos Amigos de Ferreiros e que por isso, gostaria que a Câmara

Vice-Presidente

Secretária

Municipal o informasse acerca desse projeto, em que termos foi feito e uma cópia do mesmo.

Por fim, desejou a todo o executivo camarário um bom fim de mandato eleitoral e que o próximo executivo venha também com força.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, em primeiro lugar agradeceu ao senhor José Samuel Moreira da Fonseca e desejou também que o próximo executivo seja ainda melhor. Quanto à questão colocada, informou que não tem conhecimento de qualquer projeto nesse sentido, pelo que, os serviços da DUDE vão averiguar se existe algum projeto de um Parque de Merendas para o Lugar de Santo de António em Ferreiros de Avões.

**2-** Tomou a palavra o senhor **Amândio do Carmo Fonseca** para, em primeiro lugar agradecer à Câmara Municipal pela cedência do terrado para a instalação da tasquinha da APITIL, durante as Festas de Nossa Senhora dos Remédios.

De seguida, agradeceu, ainda, a atribuição do subsídio à APITIL, através da deliberação da Câmara, tomada no dia 3 de setembro de 2013, no entanto, confessa que estranhou o facto de a Câmara Municipal ter retido parte do valor por causa da dívida de água. Contudo, afirmou que necessita de mais um apoio para pagar os salários, em atraso, aos funcionários da APITIL, que já conseguiu pagar um salário, mas precisa pagar os que estão ainda em falta, por isso, solicitou, à Câmara Municipal a retificação da deliberação tomada na reunião de 3 de setembro de 2013, para a atribuição de um novo subsídio, no valor de 50.000,00€, para garantir a continuidade das atividades da Associação pela Infância e Terceira de Lamego.

Por fim, o senhor Amândio do Carmo Fonseca citou as palavras do Papa Francisco: *“Solidariedade para muitos é um palavrão, mas solidariedade para nós é a nossa palavra”*.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, em primeiro lugar informou o senhor Amândio do Carmo Fonseca que as deliberações da Câmara Municipal devem ser sempre fundadas com critérios de legalidade e, quando envolvem valores monetários, ter a respetiva cabimentação e ter fundos disponíveis para assumir o compromisso. Em relação ao pedido que o senhor Amândio enviou a todos os vereadores, entende que o mesmo não é um pedido de retificação,

Vice-Presidente

Secretária

dados que a deliberação não contém nenhum erro. O que o senhor Amândio pretende é a atribuição de um novo subsídio, que terá de ser decidido através de uma deliberação nova, não sendo, portanto, através da retificação. Esta é a sua opinião, que não poderá ser integrada na ordem de trabalhos, mas como todos os senhores vereadores receberam o ofício, dará de seguida a palavra a todos, para se pronunciarem. Depois como se refere no ofício, que esta quantia era um compromisso do senhor Presidente da Câmara e alguns senhores vereadores, o senhor Vice-Presidente não tem qualquer compromisso sobre esta matéria e daí a dificuldade que tem em poder votar o que quer que seja no sentido de atribuir um subsídio da diferença.

Relativamente à questão da água, também esclareceu que os serviços das águas deram essa informação da dívida que tinham e não existe nenhuma instituição pública que atribua um subsídio ou qualquer outra comparticipação financeira seja a quem for que não faça a dedução dos créditos que detém sobre aquele, isto é uma regra mínima do POCAL, os serviços informaram, ainda, que havia um pedido feito pela APITIL para pagamento em prestações da dívida de água e que não estaria a ser cumprida, a somar a isto entende que não existem condições para poder ser deliberado este assunto nem em termos legais, nem de cabimentação.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** começando por afirmar que não esteve presente na reunião de 3 de setembro de 2013, aquando da atribuição do subsídio à APITIL, por isso não percebeu ao ler a referida ata, a razão da atribuição de 37.500,00€, quando foi solicitado 50.000,00€, uma vez que nenhuma razão estava plasmada na ata que o justificasse. No entanto, e como é sabido, o Vereador Agostinho Ribeiro tem tido uma postura geral que é a de votar sempre contra qualquer proposta de deliberação que contenha informação desfavorável, nos termos da Lei dos Compromissos, tendo sempre referido que só admite votar a favor no caso de se tratarem de assuntos excecionais, de natureza social, com forte implicação direta na vida das pessoas e das entidades de caráter solidário.

No caso presente, reconhece que a APITIL tem desenvolvido um papel relevante e importante na vida das pessoas, pelo que entende que se trata de tal exceção,

Vice-Presidente

Secretária

e por isso toma uma posição diferente da usual, por admitir que se encontra inserida, aliás, nas exceções que a própria Lei dos Compromissos admite.

Portanto, não vê qualquer problema em discutir a atribuição de um novo subsídio à APITIL, que se encontra em dificuldades, como está a acontecer com praticamente todas as instituições da mesma natureza. Com base nos fundamentos que são avocados no ofício, pensa que o assunto deve ser objeto de discussão e deliberação na presente reunião, tendo em conta a elevada taxa de desemprego que possuímos em Lamego, e que devemos tentar contrariar ao máximo, evitando maiores dificuldades decorrentes dos tempos difíceis que vivemos.

**Deliberação:** O Executivo Municipal foi, hoje, confrontado com um ofício subscrito pelo Sr. Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego, que se relaciona com o pedido de retificação da deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária, realizada no dia 3 de setembro de 2013. Tal ofício para ser analisado e, eventualmente, vir a ser deliberada a matéria nele referida, deverá constar da ordem de trabalhos. Ora não existe qualquer proposta nesse sentido, nem qualquer informação dos serviços relativamente a fundos disponíveis, nem cabimentação do montante pedido. No entanto, poderá a matéria ser apreciada nesta reunião, desde que o executivo, por maioria, delibere aceitar a sua inclusão. Posta a mesma a votação, apenas o senhor Vereador do Partido Socialista, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, se manifestou pela sua inclusão na ordem de trabalhos, o que inviabiliza a sua execução. Esta decisão não inviabiliza que o pedido dê entrada nos serviços e que seja apreciado em reunião posterior, com os devidos fundamentos e informações técnicas adequadas.

#### **25-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

Vice-Presidente

Secretária

**26-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Vice-Presidente,

A Secretária